

OCDE alerta: Subsídios de desemprego são para manter ou reforçar

No início do ano de 2012, o fantasma do desemprego assombra milhares de trabalhadores portugueses. No terceiro trimestre de 2011, o Instituto Nacional de Estatística (INE) registava mais de 138 mil jovens desempregados, entre os 16 e os 24 anos. No total de população ativa mais de 689 mil pessoas estão à procura de emprego. O Governo português estima que este ano a taxa de desemprego suba dos 12,4%, registados no penúltimo trimestre de 2011 para os 13,4%. Ajudar os jovens deve ser uma prioridade, recomenda a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), num dos seus últimos relatórios sobre a situação económica mundial.

Neste cenário e “com recursos públicos limitados, o foco deve ser a relação custo-benefício das medidas, como os apoios à contratação a aplicar aos grupos mais vulneráveis”, reconheceu em outubro Angel Gurría, secretário-geral da OCDE. A proposta de lei sobre emprego do presidente americano Barack Obama que renunciaria ao imposto sobre os salários nos empregadores cujas empresas estejam a expandir a sua força de trabalho tem sido citada pela organização como um exemplo do que se espera para este novo ano.

Os subsídios de desemprego são para manter ou mesmo ser reforçados no caso de a assistência nesta área ser baixa ou de difícil acesso. Mas também em situações onde o desemprego de longa duração constitua um sério risco de pobreza e exclusão, alerta a OCDE. Mas é essencial combinar este apoio ao rendimento com programas efetivos de reemprego para evitar a dependência do subsídio. Nas economias emergentes, a OCDE recomenda a canalização do apoio aos que mais precisam dele e uma melhor integração dos programas de proteção social.

Ajudar os jovens deve ser uma prioridade, recomenda a OCDE. Até porque, no primeiro trimestre de 2011, a taxa de desemprego entre os 15 e os 24 anos foi de 17,4% na zona da OCDE, em comparação com os 7% para os adultos com idades entre os 25 e mais. A começar pela criação de políticas públicas dirigidas à juventude. Só assim se poderá reduzir o risco dos jovens caírem no desemprego de longa duração e perderem o contato com o mercado de trabalho, garante aquele organismo.

“Enfrentar o grande custo humano do desemprego, especialmente para os jovens que não conseguem obter um lugar permanente no mercado de trabalho, deve ser uma prioridade”, disse Gurría, acrescentando que “deve ser alcançada uma melhor coincidência entre as competências adquiridas pelos jovens nas escolas e as que são necessárias no mercado de trabalho”.